

ANPUH-Brasil – 31º Simpósio Nacional de História Rio de Janeiro/RJ, 2021

TRABALHADORES RURAIS DO LAGO DE TEFÉ-AM EM TEMPOS DE DITADURA MILITAR (1970-1985).

Johmara Assis dos Santos*

RESUMO

O artigo analisa os trabalhadores(as) rurais das “Comunidades rurais do Lago de Tefé-AM em tempo de Ditadura Militar. Tem como objetivo ressaltar as experiências de vidas, as resistências vivenciadas no processo de expansão e transformação das relações capitalistas na Amazônia a partir de 1970, marcadas pelos projetos de “colonização” e “integração” preconizados pela ditadura civil-militar. Por meio das Fontes Orais, do jornal do comércio e dos Relatórios do Movimento de Educação de Base-Tefé, entender como estes sujeitos sociais do interior do Amazonas, lidam como as mudanças vivenciadas a partir de 1960 advindas com a expansão do capitalismo na Amazônia, no Lago de Tefé. E visibilizar que as experiências e lutas no campo se dão de formas diferenciadas nos diversos rios da Amazônia.

Palavras-Chaves: Trabalhadores(as) rurais; Lago de Tefé; Ditadura Militar.

* Johmara Assis dos Santos é doutoranda em História Social na Universidade Federal do Amazonas (UFAM) pelo Programa de Pós-graduação em História e professora de História da Secretaria Municipal de Educação SEMED e do Sistema Social da Indústria (SESI). E-mail: jads87@gmail.com.

ANPUH-Brasil – 31º Simpósio Nacional de História Rio de Janeiro/RJ, 2021

O Lago de Tefé é um dos grandes lagos que compõe o Médio Solimões, possui uma imensa importância histórica, social, econômica e política. Atravessa um território onde habitam inúmeras populações indígenas, embora parte dessas populações não reconheçam a ascendência indígena (SANTOS,2016, p.25).

Na década de 1970, o Lago, territorialidade de comunidades rurais foi palco da entrada dos grandes projetos promovidos pelos governos militares, que visavam promover o desenvolvimento da região amazônica e sua integração ao sul do país. Estes projetos foram realizados sem a participação da sociedade civil e apresentaram conflitos e uma dinâmica própria no Médio Solimões.

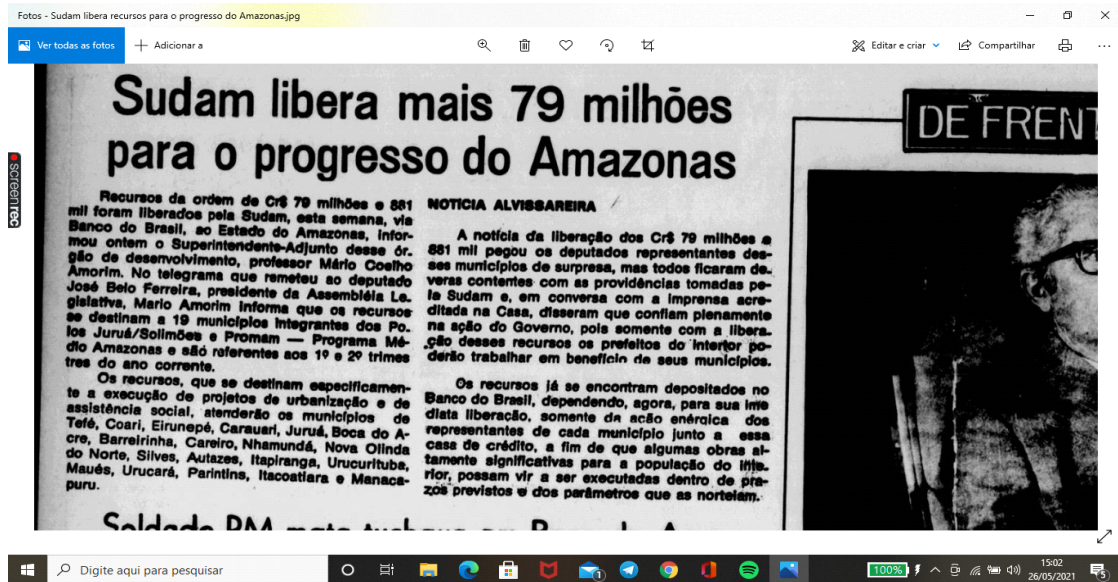
A região do Lago foi marcada pela presença da política expansionista do capital empreendida pelo Estado. Todavia não presenciou a construção de barragens e a expulsão da população do campo, como ocorreu em regiões da Amazônia como Pará, Itacoatiara, Roraima, dentre outras. Neste território, a presença do Estado e sua forma de dominação ocorreu por meio de uma nova roupagem, como a presença de uma política expansionista do capital, a imposição de uma nova moral coercitiva e um olhar discriminatório sobre as comunidades rurais e seus trabalhadores. Essa nova abordagem foi violenta também, visto que os projetos de incentivos fiscais pensados para a região invisibilizaram os sujeitos históricos/moradores dos lagos e igarapés. Invisibilizados enquanto sujeitos portadores de histórias, seus modos de vida e experiências milenares eram consideradas primitivas.

Por meio da imprensa¹ percebe-se na região o desenvolvimento de uma política de subsídios fiscais para atender os interesses do Estado. Esta política buscou transformar os trabalhadores rurais produtivos para o capital através dos incentivos fiscais voltados para modernizar a agricultura nas comunidades, do incentivo de culturas temporárias e da consolidação de estrutura de assistência técnica e rural foram implementadas através da presença de algumas instituições do Estado como: ACAR (1966), EMATER (1977),

¹ Jornal do Comércio da década de 1980.

ANPUH-Brasil – 31º Simpósio Nacional de História Rio de Janeiro/RJ, 2021

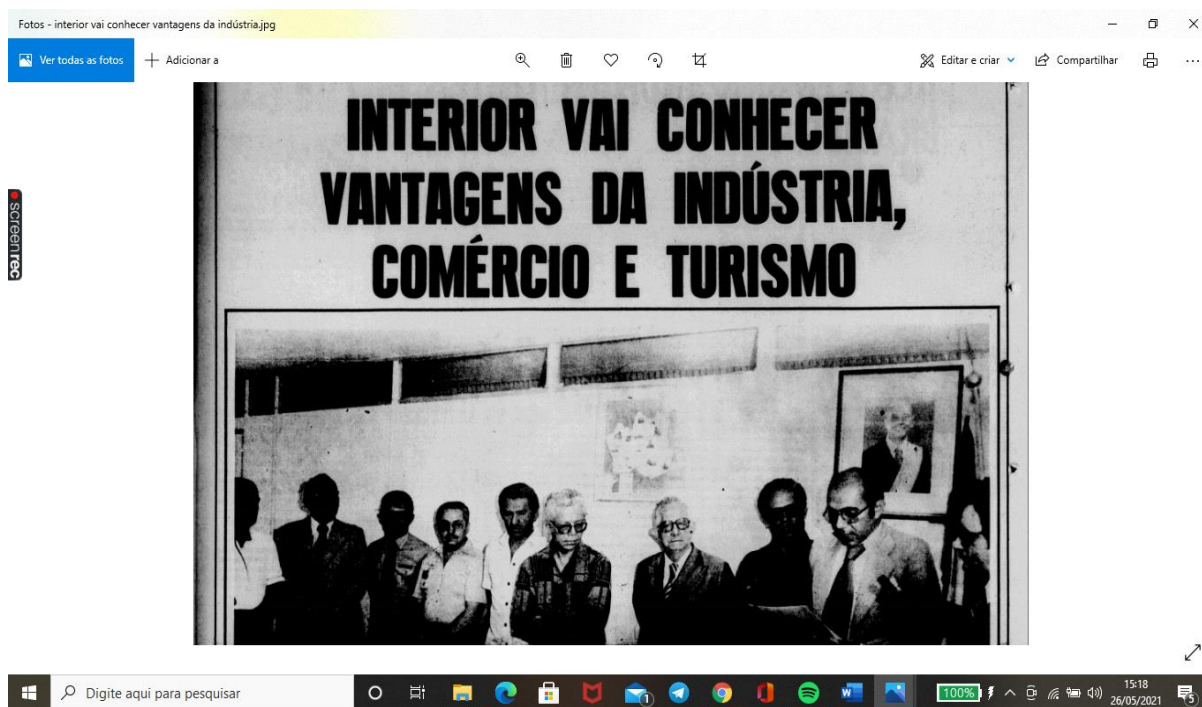
SUDAM, Projeto RODOM, Banco do Brasil. O jornal do comércio da década de 1980 ressaltava os avultosos recursos destinados ao progresso dos Municípios do Amazonas, dentre eles estava o município de Tefé-AM, conforme percebe-se na chamada:



Fonte: Jornal do Comércio (1980)

De acordo com o jornal analisado, instituições como a SUDAM passou a atuar no interior das comunidades rurais com projetos prontos, posto de cima para baixo, realizando cursos de orientações para os trabalhadores do campo. Os cursos objetivavam ensiná-los a plantar de forma “correta” culturas temporárias, diversificar, aumentar a produção agrícola e implementar a pecuária na região. Empréstimos passaram a ser disponibilizados para as comunidades do interior e seus agricultores.

ANPUH-Brasil – 31º Simpósio Nacional de História Rio de Janeiro/RJ, 2021



Fonte: Jornal do Comércio (1981)

O projeto RODOM levava o discurso de “melhorar” a qualidade de vida dos homens do campo e passou a “orientá-los” sobre os cuidados com a saúde e educação. Enviava professores, médicos, assistentes sociais as comunidades. Todavia, por trás deste discurso havia a clara intenção de modernizar o interior.

Os agricultores eram incentivados a mudar seus comportamentos “inadequados”. Passou a ser disseminado o discurso da importância de comer alimentos da cidade, ou melhor alimentos industrializados conforme observar-se na narrativa de Dona Maria José:

Pra tudo, eles diziam, não pode usar terra só pra mandioca, você usa terra pra deixar árvores permanentes, plantam pra vocês não ficarem plantando, vocês vão vender a banana e comprar a bolacha né, às vezes não dava pra nada né, comprava aquela bolachinha, mas era importante comprar, comer coisas que nem alimentava, com isso foi à implantação da horta né, e da horta o pessoal dizia: eu não gosto de folha, isso é amargo, isso aí ruim. Eles ensinavam os valores nutritivos de cada alimento de cada verdura².

² Maria José da Silva Rodrigues. Entrevista realizada em 09 de julho de 2014

ANPUH-Brasil – 31º Simpósio Nacional de História Rio de Janeiro/RJ, 2021

D. Maria José Rodrigues, agricultora, moradora e líder da comunidade Bom Jesus do Bacuri afirma com saudosismo: “a bolacha nem alimentava, mas era importante comprar” e ter na mesa. Além do consumo de alimentos industrializados tidos como da “cidade”.

O consumo da bolacha para substituir o consumo do peixe frito no café da manhã (hábito costumeiro dos agricultores) passou a ser intensamente veiculado. A derrubada das casas de palha, assoalhadas de paxiúba, (modelo tipicamente indígena) também era incentivado.

No seu lugar novas casas passariam a ser construídas e deveriam ter cômodos separados, cobertas de alumínio, alinhadas em linha reta obedecendo ao imaginário de uma rua da cidade. Esse discurso era reproduzido intensamente nos cursos destinados as lideranças comunitárias, as quais ao término, saiam com a responsabilidade de disseminar nas comunidades as novas ideias, conforme aponta outra passagem da narrativa de D. Maria José:

[...] Eu sozinha, lutava como uma doida lá, pra querer, e o pessoal não entendia, o dia que eu fiz uma reunião, que eu vi assim que a higiene estava horrível, não tinha higiene de jeito nenhum pra nada, eu disse: vou fazer uma campanha de filtro pra cá, mas eu só faltei apanhar, chorei que inchou o olho né, porque eles estavam acostumados a tomar água de qualquer jeito.

Fizemos uma campanha de fossa pra cavar, fazer os buracos no dia ia fazendo, cavando os buracos, depois já iam secar a paxiúba, cobrir de palha, e uma pessoa disse: ai meu Deus eu não consigo fazer isso, de jeito nenhum, dizia que tinha mau cheiro, inventava um monte de coisa, muitos assim, diziam que eu queria me aparecer.

[...] Até hoje tem família que não tem o costume de tomar café, aí vai o peixe de manhã né, o peixe assado, peixe frito... também eu comecei a dar aula, eles tomavam, e comiam peixe de manhã, chegavam pitiú., então eu levava sabonete, tesoura, parava (cortava) a unha, dava banho lá, na hora do recreio eu ia dar banho neles esfregava né, tudo sujo [eles tinham quantos anos nessa época? Eles eram crianças?] era, mas, já era de 14 anos, já eram adolescentes.

Eu lhe falo que era uma briga feia, mas o que eu fazia na época. Eu dava o exemplo de como ia melhorar o ambiente, então nós estamos em comunidade é pra melhorar, aí olha nossas casas, você pega a Paxiúba e fecha todinha, a minha já estava lá fechada, paxiúba raspada, mas tava lá ajeitadinha com porta e tudo.

De modo geral, essas ações visavam desestruturar os modos de vida da população interiorana. Todavia, a narrativa aponta que os trabalhadores rurais resistiram as novas

ANPUH-Brasil – 31º Simpósio Nacional de História Rio de Janeiro/RJ, 2021

ideias que chegavam. Desobedeciam às normas vindas de cima para baixo, xingavam as lideranças que supervisionavam se as orientações estavam sendo colocadas em prática. Eles continuavam comendo seu peixe frito na primeira refeição da manhã antes da saída para seus roçados (locais de trabalho). Tomavam água do rio sem o uso do cloro, mesmo depois das orientações e dos benefícios do hipoclorito, recusavam-se usar as fossas construídas no fundo de suas casas. Em parte, estas resistências visavam manter os saberes tradicionais.

Nem tudo era resistência nas comunidades do Lago, os agricultores/as também se apropriaram dos conhecimentos que faziam sentido no seu cotidiano. Passaram a fazer uso do termo comunidade como identidade coletiva tanto para potencializar seus trabalhos coletivos: mutirões para construção da escola, das casas comunitárias, do campo de futebol, para realização de roças comunitária e angariar recursos para resolver os problemas da comunidade, derivados da ausência do Estado naquela região. Acionaram essa identidade coletiva para dialogar com o governo municipal e lutar por bens coletivos para suas comunidades, como o direito pela educação, que era muito presente na luta desses sujeitos sociais. A falta de escolas no interior resultava na migração dos filhos para a cidade para que eles pudessem concluir os estudos o ginásio (Ensino Fundamental). Reivindicavam o direito a saúde, o acesso ao motor gerador de energia e as políticas públicas do governo como: aposentadoria, auxílio maternidade, bolsa família.

Posteriormente, a identidade coletiva passou a ser acionada como mecanismo de luta e reivindicação do direito de permanência na terra e legalizá-la como territorialidade coletiva da comunidade Bom Jesus do Bacuri. A luta pela terra iniciou-se ainda na década de 1980, quando seus moradores sofreram duas tentativas de expulsão por Lázaro Ramos, dono da terra. Segundo relatos orais, Lázaro autorizou a permanência das famílias na sua “terra” (espaços circunvizinhos aos castanhais), porque trabalhavam extraíndo castanhas, produzindo farinha, açúcar mascavo, e trocavam por gêneros alimentícios no seu posto comercial. Ainda na década de 1960, cedeu o espaço para criação da comunidade.

De 1970 a 2009 em virtude da desagregação dos castanhais e de problemas de saúde, desistiu das atividades em seu posto comercial e mão de obra desses trabalhadores já não era mais importante. Receoso de perder suas terras, passou a expulsá-los daquelas

ANPUH-Brasil – 31º Simpósio Nacional de História Rio de Janeiro/RJ, 2021

terras. Enquanto os trabalhadores/as resistiam, não aceitando saírem da comunidade. No ano de 2009, as dificuldades de acionarem direitos como: aposentadoria, auxílio-doença, auxílio maternidade, e de comprovarem serem agricultores residentes de comunidade, decidiram lutar pela posse da terra em nome da comunidade e sua titulação.

Inicialmente a tática usada pelas lideranças da comunidade para conseguirem a autorização para expedir o título definitivo da comunidade foi o diálogo com o ex- patrão Lázaro. Os sujeitos de Bom Jesus do Bacuri usaram a tática do diálogo, mas não tiveram êxito. O momento que seria de negociação, resultou em discussão, ameaças e agressão aos trabalhadores.

A tática seguinte usada pelos moradores do Bacuri foi a mobilização de mediadores externos a comunidade, para fortalecer a luta, como o Sr. Renivam, funcionário do setor de terras de Tefé-AM. As conversas das lideranças com o senhor Renivam foram essenciais, nelas estes trabalhadores muniam-se dos conhecimentos legais para legalizar a terra da comunidade. Segundo os trabalhadores, Renivam tornou-se uma espécie de aliado da comunidade, assumiu pessoalmente a função de medir e demarcar o terreno da comunidade Bom Jesus. Ele também dificultou as investidas de Lázaro de expulsar esses trabalhadores, por entender que aquela situação era uma forma de grilagem. Recorrer a Prefeitura Municipal, conseguir audiências com o prefeito da época Sidônio Trindades foi outra tática destes trabalhadores e logrou êxito nesta luta, pois o prefeito colocou-se a favor dos trabalhadores rurais, autorizou a emissão do título definitivo para a comunidade em dezembro de 2012.

A luta pela terra foi fruto da ação coletiva e do protagonismo dos próprios moradores de Bom Jesus do Bacuri. Estes usaram táticas de resistências diretas e indiretas, acionaram a identidade coletiva de comunidade, a representatividade da associação enquanto um grupo articulado, de eleitores, conseguindo assim demarcar e titular a terra no ano de 2013. As experiências da comunidade do Lago de Tefé, mostram a articulação destes sujeitos sociais e as estratégias utilizadas no interior de suas lutas e suas vivências diante dessa luta.

Passados mais de 40 anos das ações do Governo Militar, conclui-se que estas ações não foram efetivas no Lago de Tefé. Os trabalhadores rurais de Bacuri não serviram

ANPUH-Brasil – 31º Simpósio Nacional de História Rio de Janeiro/RJ, 2021

a produção capitalista. Os grandes roçados de culturas temporárias e o incentivo para criação de gados não lograram êxito. Eles resistiram e continuam criando estratégias para manter seus tradicionais modos de vida, plantam o que precisam para viver, defendem seu modo de produção baseado no trabalho coletivo e informal (o ajuri), e suas territorialidades. Entretanto esta análise não se aplica a todas as comunidades do Lago. Na comunidade Ipapucú, localizada do lado direito da comunidade Bom Jesus do Bacuri, o discurso de modernização, o uso dos incentivos fiscais do governo bem como prática da agricultura de culturas temporárias foram incorporados no cotidiano dos moradores/agricultores e estão presentes atualmente. Seu Raimundo Pereira de Menezes, morador da comunidade Ipapucú, ressalta que a prática do cultivo de culturas temporárias (laranja, abacaxi, banana, macaxeira, tangerina, açaí, cupuaçu, cacau e verduras) é feita na comunidade desde 1970 e comercializada na Feira Municipal do Município.

Os agricultores da comunidade resolveram diversificar o plantio da mandioca a partir dos seus modos de vida como uma forma de ganhar a vida, após sentirem a necessidade de complementar a alimentação e atenuar o árduo trabalho do roçado da mandioca. Afirma seu Raimundo de Oliveira Menezes³ que: “Surgiu a necessidade de a gente não comer só a farinha, e ajuda muito, a gente tá aperreado junta um tucumã, tira a macaxeira, junta o cupuaçu e vende”.

A narrativa de Raimundo elucidada a mediação de membros da igreja católica e os técnicos do Estado a serviço do Estado com os agricultores, aponta para a relação Igreja e Estado naquele período. Segundo ele:

Vinham pra cá e diziam que a gente devia fazer essa diversificação de plantio, ia ajudar muito a gente, meu pai ficou atento e a gente começou a plantar açaí, hoje tem um açaizal aqui que não tem fim, meu irmão vende de 300 a 500 litros de açaí por semana, é uma coisa que pra nós foi gratificante, a partir do momento que a gente participou de muitos encontros e reuniões.

O fragmento da narrativa demonstra como as ações pensadas pelo Estado, foram incorporadas na comunidade e como a Igreja reafirmava a importância dos plantios de

³ Raimundo Menezes. Entrevista realizada em Maio de 2021.

ANPUH-Brasil – 31º Simpósio Nacional de História Rio de Janeiro/RJ, 2021

culturas temporárias como uma ação que levaria ao progresso da comunidade. Nota-se que as ações foram sendo ressignificadas pelos sujeitos do interior para atender a sua realidade. Raimundo ressalta que desde 1980 o plantio de novas culturas passou a ser feito na comunidade para melhorar a qualidade de vida dos agricultores e atenuar o árduo trabalho da roça. Sendo assim todo o trabalho de plantio era feito forma coletiva (ajuri) e servia/serve para o usufruto de todos os moradores da comunidade.

Desse modo geral houve pelos governos militares a intenção de encurralar as comunidades tradicionais do Lago de Tefé-AM a fim de que o capitalismo de apropriasse das mesmas. A desestruturação de seus modos de vidas foi uma ação pensada pelo Estado e posta em prática por meio do desenvolvimento de uma política de subsídios fiscais, de modo que as comunidades atendessem a produção capitalista, porém os investimentos e a forma como as ações foram realizadas não condizia com os modos de vidas dos sujeitos que viviam no interior, a falta de sensibilidade para enxergar os trabalhadores rurais, ouvir as suas demandas, valorizar e potencializar os trabalhos já desenvolvidos esbarrou na resistência e na incompreensão de que as relação dos trabalhadores do interior com comunidades tradicionais, são territórios sagrados e baseados numa relação afetiva e não capitalista.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ANPUH-Brasil – 31º Simpósio Nacional de História Rio de Janeiro/RJ, 2021

ALBURQUERQUE, Gerson Rodrigues de. *Espaço, Cultura, Trabalho e Violência no Vale do Juruá – Acre*. 2001. 203 f. Tese (Doutorado em História) – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2001.

LEAL, Davi Avelino. *Direitos e processos diferenciados de territorialização: os conflitos pelo uso dos recursos naturais no rio Madeira (1861-1932)*. 276f. Tese (Doutorado em Sociedade e Cultura da Amazônia) – ICHL, Universidade Federal do Amazonas, Manaus, 2013.

WAGLEY, Charles. *Uma comunidade amazônica: estudo do homem nos trópicos*. 3. ed. Belo Horizonte: Itaitaia; São Paulo: editora da Universidade de São Paulo, 1988. p.109.

BOURDIEU, Pierre. *O poder simbólico*. 7. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2004.

HAMPATÊ BÂ, Amadou. A tradição viva. In: KI-ZERBO, Joseph. (Org.). *História Geral da África*. São Paulo: Ática, 1982, p.168-169.

LOUREIRO, Violeta Refkalefsky; PINTO, Jax Nildo Aragão. A questão fundiária na Amazônia. *Estudos Avançados*, São Paulo, v.19, n. 54, p. 77-97, 2005.

MEDEIROS, Mônica Xavier de et al. Puxirum de histórias: lutas por terras e águas em Vila Amazônia/Parintins (1980-2000). 2017.

POLLACK, Michel. Memória e identidade. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, v.5, n. 10, 1992, p.200-212; HALBWACHS, Maurice. *A memória coletiva*. São Paulo: Vértice, 2004.

SILVA, Adriane dos Prazeres et al. O Vale do Tocantins e a Lei Anilzinho: A Lei dos Posseiros (1961-1981). 2016.